

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **Processo Administrativo nº 0403002/2026/PMTA**

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado em Abril de 2026, tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INDÍGENA LÚCIO PORANGATY TEMBÉ, localizada no ramal Mariquita, Vila São João, S/N, Aldeia Turé Mariquita, Tomé-Açu/PA, CEP: 68.680-000, e considerando a necessidade de garantir a plena utilização da infraestrutura educacional já implantada em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Educação.

#### **1. ORGÃOS PARTICIPANTES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – TOMÉ-ACU/PA

#### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Estudo Técnico Preliminar encontra-se fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente no que dispõe sobre o planejamento das contratações públicas, bem como na Lei Complementar nº 123/2006 e na legislação municipal pertinente.

Nos termos do art. 18, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui etapa essencial do planejamento da contratação, devendo evidenciar o problema a ser resolvido, demonstrar a necessidade da contratação e indicar a solução mais adequada, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

A elaboração do presente estudo observa, ainda, os princípios que regem as contratações públicas, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A natureza do objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de intervenção no meio físico, mediante execução de um conjunto harmônico de ações que resultam na ampliação e modificação substancial das características originais da edificação existente.

No caso concreto, a contratação envolve não apenas serviços de reforma, mas também a construção de novos ambientes, promovendo significativa alteração da estrutura física da unidade escolar, com ampliação de área construída e adequação às necessidades atuais da comunidade atendida.

Adicionalmente, destaca-se que a obra apresenta características padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, podendo ser enquadrada, quanto à sua natureza operacional, como objeto passível de execução por agentes econômicos do setor da construção civil, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à escolha da modalidade licitatória, observa-se o disposto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a concorrência como modalidade aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia, independentemente do valor estimado da contratação.

Por fim, o presente estudo também se alinha às diretrizes do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, que trata do planejamento das contratações públicas, incluindo a elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA), bem como às boas práticas de governança e gestão pública, visando assegurar a regularidade, eficiência e efetividade da futura contratação.

### **3. NATUREZA DOS SERVIÇOS**

O objeto a ser contratado é caracterizado como “SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA”, de que trata a Lei nº 14.133/2021, serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

### **4. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

A elaboração do Plano Anual de Contratações tem como objetivo alinhar as propostas de aquisições das secretarias e ordenadores de despesas às reais necessidades, além de identificar oportunidades de economia e melhoria nos processos de trabalho. O plano de contratações fortalece a governança e a gestão das aplicações dos recursos públicos, atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas, permitindo mitigar riscos relativos ao processo de compras.

O Plano Anual de Contratações (PCA) referente ao exercício de 2026 encontra-se em fase de elaboração por este órgão, não tendo sido, até o presente momento, formalmente publicado.

Não obstante, a ausência de publicação do PCA não constitui óbice à presente contratação, uma vez que a necessidade de conclusão da obra da Escola Municipal revela-se superveniente e imprescindível ao interesse público, conforme devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A contratação em questão mostra-se necessária para assegurar a continuidade da execução da obra e viabilizar a efetiva entrega do empreendimento à comunidade escolar, evitando prejuízos à Administração e à população atendida, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público.

## 5. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO

A presente contratação tem como objetivo a reforma e ampliação da escola indígena Lúcio Porangaty Tembê, assegurando a disponibilização de infraestrutura escolar compatível com as necessidades pedagógicas e de segurança exigidas para a adequada prestação do serviço público educacional.

A escola existente, que atualmente conta com uma estrutura básica de 193,62 m<sup>2</sup> (composta por duas salas de aula, pátio, cozinha pequena, secretaria e dois banheiros individuais), passará por uma profunda transformação. O objetivo é converter o espaço em uma Escola Polo Indígena de Educação Infantil e Fundamental, dotando-a de infraestrutura completa e adequada às necessidades da comunidade. A área total construída passará a ser de 1.480,57 m<sup>2</sup>.

**Nesse contexto, a obra objeto de análise deste documento, representa medida estratégica para:**

- ✓ Proporcionar ambiente escolar adequado, favorecendo a melhoria das condições de ensino e aprendizagem;
- ✓ Assegurar condições mínimas de trabalho aos profissionais do magistério, com reflexos diretos na qualidade da prestação do serviço;
- ✓ Atender de forma mais efetiva a comunidade indígena e áreas adjacentes, com estrutura compatível ao padrão técnico preconizado pela Prefeitura Municipal de Tomé – Açu.

A contratação também se justifica pelo atendimento ao interesse público primário, alinhando-se às responsabilidades constitucionais e legais do Município. Destaca-se a competência comum de proporcionar meios de acesso à educação (art. 23, inciso V, da Constituição Federal), bem como as competências municipais

previstas na Lei Orgânica do Município, especialmente o dever de zelar, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando no estabelecimento escolar (art. 185, inciso VI). Adicionalmente, observa-se o dever de garantir aos profissionais do magistério condições mínimas de trabalho, conforme estabelecido no art. 3º, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.984/2010, reforçando que a adequação física da unidade escolar é um requisito indispensável para a eficiência das políticas educacionais municipais.

Assim, a presente contratação visa, de modo objetivo e motivado, disponibilizar uma unidade escolar apta ao funcionamento regular, contribuindo para a qualidade do ensino, segurança dos usuários, valorização do magistério e efetividade das políticas públicas de educação, com observância aos princípios da administração pública e à garantia de prestação adequada e contínua do serviço educacional à população.

## **6. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO)**

A problemática central a ser enfrentada pela Administração Municipal consiste na insuficiência de ambientes existentes disponíveis adequados às necessidades da comunidade. Ademais, a falta de infraestrutura adequada e de ambientes suficiente no ambiente escolar, impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que interfere na condução das aulas por parte dos docentes e dificulta a implementação adequada das práticas pedagógicas previstas no planejamento escolar. Isso resulta em efeitos concretos na aprendizagem, ampliando desigualdades e fragilizando a efetividade das políticas públicas de educação.

A problemática também se relaciona ao dever jurídico-administrativo do Município de assegurar condições adequadas para o acesso e permanência na escola. Trata-se de obrigação derivada da competência constitucional de proporcionar meios de acesso à educação (art. 23, inciso V, da Constituição Federal), bem como das responsabilidades previstas na Lei Orgânica do Município, notadamente o dever de zelar pela permanência do educando no estabelecimento escolar (art. 185, inciso VI). Soma-se a isso a necessidade de garantir aos profissionais do magistério condições mínimas de trabalho, conforme previsto no art. 3º, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.984/2010, o que pressupõe ambiente seguro, adequado e funcional.

Dessa forma, a Administração busca solucionar um problema público que envolve, simultaneamente, qualidade do ambiente pedagógico e efetividade das normas constitucionais e municipais aplicáveis. O objeto, apresenta-se como medida estruturante e definitiva para superar as limitações atuais, garantindo uma unidade escolar apta ao pleno funcionamento, com ganhos diretos para a comunidade, para os servidores da educação e para a política pública municipal de ensino.



## 7. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

O presente Relatório Fotográfico tem como objetivo evidenciar e documentar as condições atuais do objeto a que se trata este documento, a fim de demonstrar transparência e subsidiar a abertura do processo licitatório, trazendo credibilidade com o disposto no Termo de Referência e Projeto Básico.

**Imagem 01** – Passarela coberta.



Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 02** – Vista frontal (fachada).



Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 03** – Cozinha.



Fonte – Autor, 2026.

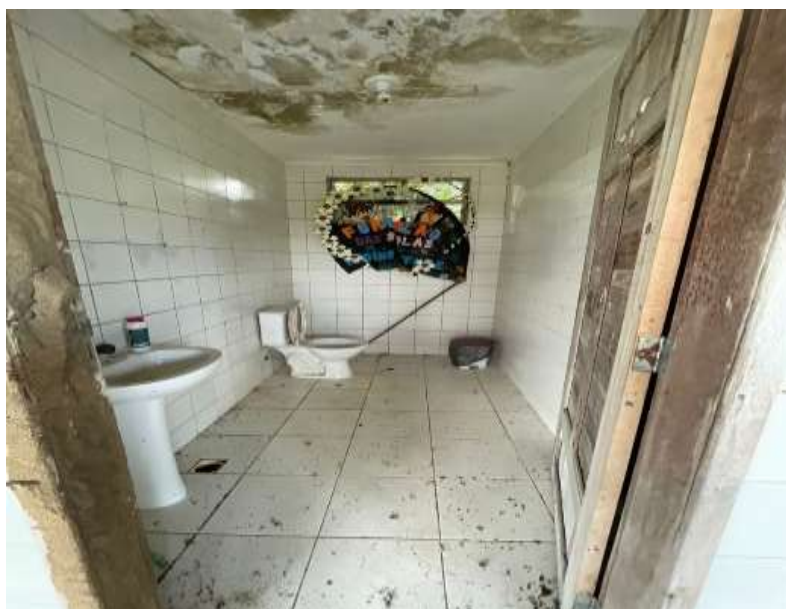
**Imagem 04** – Banheiro masculino.





Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 05** – Banheiro feminino.



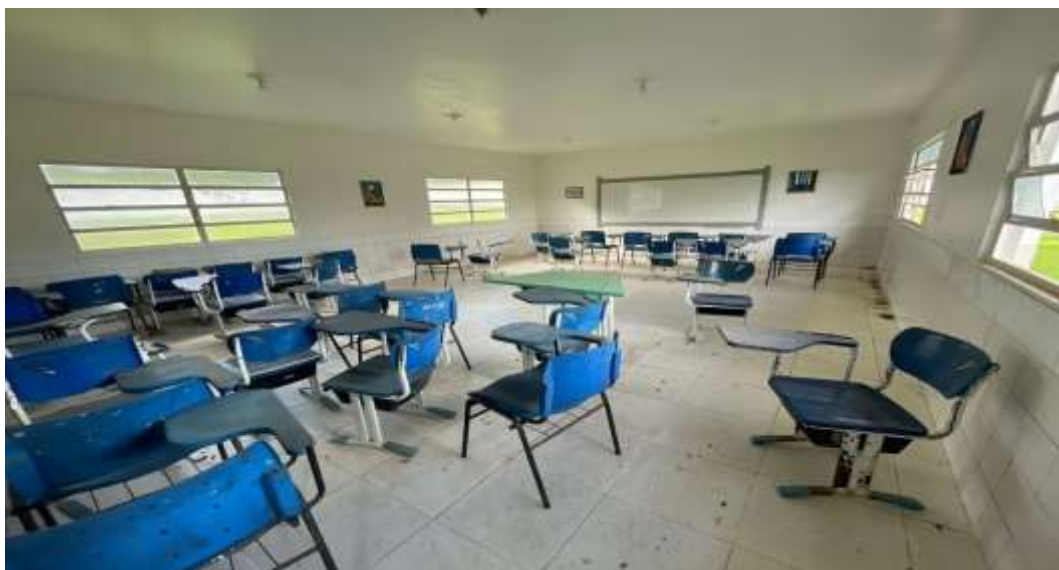
Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 06** – Reservatório de água elevado.



Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 07** – Sala de aula 01.



Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 08** – Sala de aula 02.



Fonte – Autor, 2026.

**Imagem 09** – Área de serviço.





Fonte – Autor, 2026.

## **8. ESTIMATIVA DE PROPORÇÃO DA OBRA**

A estimativa de proporção da obra refere-se ao grau de execução física existente, considerando as medições e registros existentes no processo administrativo, bem como as informações técnicas disponíveis até o momento. Registra-se que a obra existente já está em utilização, e é dotada de apenas duas salas de aula, uma cozinha, e dois banheiros.

Dessa forma, para fins de planejamento desta contratação, considera-se que ela possui execução total, a qual passará por reforma e ampliação, sendo construídos novos ambientes para complementação da estrutura já existente. As medições feitas in loco, e os demais projetos servirão de base para a elaboração do orçamento detalhado, a definição do escopo contratual e a adequada condução do procedimento licitatório.

## **9. CONTRATAÇÕES SIMILARES**

O presente tópico apresenta a análise das contratações similares realizadas por outros municípios, especialmente dentro do Estado do Pará, com o objetivo de verificar a natureza do objeto, as soluções adotadas, a modalidade utilizada e a aderência às práticas administrativas consolidadas.

A pesquisa demonstra que contratações para construção, reforma ou ampliação de escolas municipais, em padrão semelhante, têm sido licitadas predominantemente como serviços de engenharia comuns, uma vez que suas especificações podem ser definidas de forma objetiva, padronizada e amplamente replicável por empresas do setor. Os objetos possuem projeto básico, memoriais, planilhas e cronogramas perfeitamente padronizáveis, o que reafirma a ausência de complexidade técnica extraordinária.

Da mesma forma, a pesquisa aponta que a solução adotada pela Administração de Tomé-Açu está alinhada às melhores práticas observadas, tendo em vista que outros municípios com objetos equivalentes utilizam a Concorrência Eletrônica como modalidade de licitação, nos termos do art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021.

**A Concorrência Eletrônica se mostra adequada para esse tipo de contratação porque:**

- ✓ É a modalidade mais aplicada a serviços de engenharia comuns com escopo padronizável;
- ✓ Permite ampla competitividade, transparência e eficiência;
- ✓ Garante julgamento objetivo por menor preço global;
- ✓ Preserva a isonomia e a segurança jurídica do procedimento;
- ✓ Está alinhada aos entendimentos mais recentes dos órgãos de controle e às práticas adotadas por outros entes municipais.

Assim, a pesquisa de contratações similares confirma que o objeto em análise possui natureza comum e padronizável, e que a Concorrência Eletrônica é a solução mais adequada, coerente e tecnicamente justificada para condução do presente certame.

MUNICÍPIO	PROCESSO / CONCORRÊNCIA	OBJETO	VALOR	LINK
Nova Esperança do Piriá/PA	Concorrência Eletrônica Nº 003/2025	Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação de unidades escolares	<b>R\$ 2.436.247,91</b>	<a href="https://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br/licitacaoalista.php?id=698">https://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br/licitacaoalista.php?id=698</a>
Santarém/PA	Concorrência Nº 007/2025	Contratação de empresa para reforma e ampliação de escolas municipais	<b>R\$ 31.061.200,97</b>	<a href="https://transparencia.santarempa.gov.br/storage/attachments/edital-383168da767ecd517.pdf">https://transparencia.santarempa.gov.br/storage/attachments/edital-383168da767ecd517.pdf</a>
Cametá/PA	Concorrência Pública Nº 07/2022	Construção de escolas municipais de educação infantil e fundamental	<b>Entre R\$ 2.711.951,71 e</b>	<a href="https://prefeituradecameta.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/ED">https://prefeituradecameta.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/ED</a>

			R\$ 4.333.754,30	<u>ITAL-CP-07-2022-OBRA- CONSTRUCAO- ESCOLAS- MUNICIPAIS.pdf</u>
Acará/PA	Concorrência Nº 90004/2024	Reforma e ampliação da Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro I, na Comunidade N. S. do Perpétuo Socorro	R\$ 1.358.138,73	<a href="https://geoobras.tcm.pa.gov.br">https://geoobras.tcm.pa.gov.br</a>
Augusto Corrêa/PA	Concorrência Nº 15/2024	Reforma e ampliação da E.M.E.I. Beatriz Reis Ribeiro, Vila de Itapixuna	R\$ 879.853,68	<a href="https://geoobras.tcm.pa.gov.br">https://geoobras.tcm.pa.gov.br</a>

## 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE MODO GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES
2	INFRAESTRUTURA
3	REFORMA E AMPLIAÇÃO (bloco de ensino infantil, informática e administrativo)
4	CONSTRUÇÃO DE SALAS DE UTILIDADES
5	CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES
6	CONSTRUÇÃO DE CASA DOS PROFESSORES
7	COMPLEMENTARES

Após ampla discussão e levantamento de dados no local onde o serviço será executado, a equipe de engenharia, juntamente com o setor de planejamento, conclui que, para atender à necessidade exposta, **A SOLUÇÃO DE MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO SERIA A MODALIDADE CONCORRÊNCIA.**

## 11. MODALIDADE E SOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A escolha da modalidade adotada justifica-se pela busca de maior eficiência na execução, bem como pela possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Ressalta-se, ainda, a vantagem de permitir que os licitantes possam oferecer lances sucessivos e reduzir os preços durante o próprio processo, favorecendo a economicidade e a competitividade, uma vez que o objeto em questão possui ampla oferta no mercado, sendo regularmente contratado por diversos órgãos e entidades públicas, o que

demonstra que não se trata de uma demanda exclusiva ou de difícil acesso comercial. Considerando os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado.

**Obs.:** O objeto demandado possui contratações similares por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

## 12. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE

A modalidade Concorrência foi eleita para o presente certame considerando a natureza do objeto, classificado como serviço de engenharia comum, cujas especificações podem ser claramente definidas no projeto básico e nas peças técnicas que integram o processo.

Ainda que se trate de serviço de engenharia comum, a Lei nº 14.133/2021 determina que a escolha da modalidade licitatória deve observar a natureza do objeto, e não o valor estimado, sendo a Concorrência plenamente aplicável para bens e serviços comuns, especiais ou de engenharia.

**A adoção da modalidade Concorrência se justifica pelos seguintes fundamentos:**

### Adequação legal

A Concorrência é modalidade apta para a contratação de bens e serviços comuns ou especiais e de obras e serviços de engenharia, independentemente de valor, da Lei nº 14.133/2021. Assim, mesmo sendo serviço de engenharia comum, a modalidade é legalmente adequada ao objeto.

### Ampla competitividade

A Concorrência assegura a participação do maior número de licitantes possíveis, ampliando a competitividade entre empresas especializadas e permitindo à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, nos termos dos princípios da isonomia e eficiência.

### Transparência e publicidade

- ✓ O rito procedimental da Concorrência proporciona:
- ✓ Publicidade ampla das fases do certame;



- ✓ Transparência nos atos preparatórios, julgamento e habilitação;
- ✓ Maior segurança jurídica às empresas participantes.

#### **Segurança jurídica e rigor técnico**

Apesar de o objeto ser serviço de engenharia comum, sua execução requer:

- ✓ Observância de normas técnicas (ABNT);
- ✓ Atendimento a padrões específicos definidos pelo projeto básico;
- ✓ Garantia de qualidade e desempenho dos serviços.

A Concorrência permite análise criteriosa das propostas, assegurando que a contratação seja compatível com as exigências técnicas do objeto.

#### **Vantajosidade e avaliação consistente**

O procedimento possibilita:

- ✓ Avaliação objetiva das propostas;
- ✓ Análise aprofundada da exequibilidade dos preços;
- ✓ Garantia de que a execução ocorrerá conforme os requisitos técnicos estabelecidos.

Diante do exposto, a adoção da modalidade Concorrência apresenta-se como a solução legal, técnica e administrativa mais adequada à contratação de serviço de engenharia comum, garantindo:

- ✓ Ampla competitividade;
- ✓ Transparência;
- ✓ Segurança jurídica;
- ✓ Rigor técnico na análise das propostas;

- ✓ Seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### 13. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, conforme art. 12, inciso VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, assim estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Concorrência Eletrônica, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução.

### 14. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

O critério de julgamento adotado para o presente certame será o de Menor Preço Global, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por ser o mais adequado à natureza do objeto, que possui definição precisa, padronizada e quantificável.

**A escolha desse critério se fundamenta nos seguintes aspectos:**

**a) Padronização do escopo**

As especificações técnicas, projetos e quantitativos apresentados permitem que todas as empresas concorrentes ofereçam propostas para o mesmo escopo, tornando o preço global o critério mais seguro e objetivo.

**b) Comparabilidade entre as propostas**

O julgamento por menor preço global assegura que:

- ✓ As propostas sejam avaliadas de forma direta e objetiva;
- ✓ Não haja fragmentação do objeto por itens isolados;
- ✓ Seja selecionada a proposta mais vantajosa considerando o conjunto da prestação.

**c) Prevenção de propostas desequilibradas**

Ao adotar o preço global, evita-se:

- ✓ Subestimação artificial de itens isolados;
- ✓ Manipulação de preços unitários;
- ✓ Riscos de execução desequilibrada ou inexecução parcial.

**d) Adequação à natureza do serviço**

Por se tratar de serviço de engenharia comum, com escopo previamente definido e sem variações metodológicas significativas, o critério de menor preço global é o que garante:

- ✓ Isonomia entre os licitantes;
- ✓ Ampla competitividade;
- ✓ Seleção da proposta mais vantajosa;
- ✓ Regularidade e segurança jurídica ao processo.

Diante da natureza padronizável do objeto e da necessidade de garantir julgamento objetivo, seguro e aderente às especificações técnicas, o critério de Menor Preço Global mostra-se o mais adequado para a contratação, sendo plenamente compatível com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão pública.

**15. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS**

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

**A empresa a ser contratada deverá possuir a seguinte QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Registro de regularidade da licitante e de seus responsáveis técnicos nas entidades profissionais competentes que permita a execução dos serviços, objeto desta licitação, comprovada através de certidão do órgão em dia. Obs.: caso a empresa vencedora da licitação seja de outro estado, na assinatura do contrato, a empresa e/ou responsável técnico com sede ou acervo técnico de outro estado, deverão apresentar o registro de regularidade com o visto do CREA/CAU/PA, conforme lei nº 5.194/66 e resoluções 266/79 e 413/97 do CONFEA.
- b) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente compatível em características com o objeto da licitação e indicação do objeto, bem como da qualificação dos membros da equipe técnica. O acervo técnico deverá constar todos os técnicos relacionados no CAT;

**A comprovação da capacidade técnica será feita da seguinte maneira:**

- a) Atestado de desempenho anterior, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhando das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), expeditas pelo profissional de nível superior ou médio detentor da anotação de responsabilidade técnica — ART, comprovando a prestação de serviços de características técnicas compatíveis as do objeto da presente licitação.
- b) Atestado de conclusão do serviço e descrição dos serviços executados; comprovação de vínculo de trabalho entre os técnicos indicados e a empresa licitante, esta comprovação poderá ser feita através de CTPS ou contrato de trabalho ou CREA/CAU.
- c) A empresa contratada deverá executar fornecimento dos materiais, equipamentos e todos os insumos necessários à execução do objeto, conforme detalhamentos dos projetos e em observância às especificações técnicas e memorial descritivo fornecido pela CONTRATANTE.

**Especificamente neste projeto, as atividades e etapas deverão ser executadas de acordo com as normas técnicas brasileiras vigentes, especificamente as descritas abaixo:**

- a) O Decreto 52.147 de 25/06/63, que estabelece as Normas e Métodos de execução para Obras e Edifícios Públicos.
- b) O artigo dezesseis da Lei Federal N.º: 5.194/66, que determina a colocação de Placa de Obra, conforme a orientação do CREA.
- c) As Normas Brasileiras aprovadas pela ABNT.



- d) Regulamentos, especificações e recomendações do grupo EQUATORIAL ENERGIA, COSANPA, e CORPO DE BOMBEIROS.
- e) A(s) Licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter, durante todo o período de execução contratual, profissionais devidamente vinculados à obra, sendo obrigatória a disponibilidade de engenheiro responsável técnico, encarregado de obras e vigia, os quais deverão comprovar vínculo com a CONTRATADA.

**A comprovação de vínculo poderá ser feita por meio de:**

- a) Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou
- b) Contrato de prestação de serviços, contrato social (no caso de sócio da empresa), ou outro documento idôneo que comprove a relação profissional com a CONTRATADA, observado o disposto na legislação trabalhista e na regulamentação profissional pertinente.
- c) O prazo de execução deverá ser obedecido, conforme cronograma proposto.
- d) As etapas ou atividades executadas pela CONTRATADA, deverão ser previamente aprovadas pela equipe técnica da CONTRATANTE, para posterior pagamento dos boletins de medição. Serviços fora das especificações técnicas ou em desacordo aos projetos executivos, não serão pagos, e a CONTRATADA deverá arcar com possíveis prejuízos decorrentes de sua atuação.

**16. ITENS DE RELEVÂNCIA**

**🔧 Qualificação Técnico-Operacional**

Nº DO ITEM DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. LICITADA PLANILHA	PESO (%)	QUANT. EXIGIDA 50%
1.5.1	Engenheiro civil de obra júnior.	mês	12,00	8,61	6,00
6.1	Quadra de esportes polivalente 20x40 m, incluindo equipamentos.	und	1,00	7,28	*
6.2	Cobertura metálica para quadra de esportes 20x40 m.	und	1,00	13,75	*
<b>Item de maior relevância - Valor significativo</b>					
1. Os itens e subitens listados são considerados de maior relevância no que tange valor significativo do objeto da licitação. Assim então, também considerados os itens que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação” (art. 67, § 1º).					
2. (*) - Item considerado de maior relevância técnica cujo quantitativo previsto na planilha orçamentária corresponde a apenas uma unidade, o qual possui inviabilidade material e matemática para aplicação do percentual usualmente adotado para comprovação de capacidade técnico-operacional, especialmente o limite de 50% do quantitativo licitado. (consultar nota explicativa em anexo)					

### Qualificação Técnico-Profissional

Para o serviço em questão será solicitado a comprovação de possuir o profissional abaixo descrito, legalmente habilitado:

- Engenheiro Civil ou Arquiteto.

Nº DO ITEM DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA	UNID.	QUANT. LICITADA PLANILHA	PESO (%)	QUANT. EXIGIDA 50%
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
6.1	Quadra de esportes polivalente 20x40 m, incluindo equipamentos.	und	1,00	7,28	*
6.2	Cobertura metálica para quadra de esportes 20x40 m.	und	1,00	13,75	*
<b>Item de maior relevância - Valor significativo</b>					
<b>1. Os itens e subitens listados são considerados de maior relevância no que tange valor significativo do objeto da licitação. Assim então, também considerados os itens que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação” (art. 67, § 1º).</b>					
<b>2. (*) - Item considerado de maior relevância técnica cujo quantitativo previsto na planilha orçamentária corresponde a apenas uma unidade, o qual possui inviabilidade material e matemática para aplicação do percentual usualmente adotado para comprovação de capacidade técnico-profissional, especialmente o limite de 50% do quantitativo licitado. (consultar nota explicativa em anexo)</b>					

Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- ✓ Engenheiro Civil ou Arquiteto.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração ([§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico, conforme anexo XI do Termo de Referência.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos **incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021** em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Os documentos exigidos para fins de qualificação técnica, bem como, habilitação fiscal, trabalhista, econômico-financeiro, e demais exigências, estarão listados no TERMO DE REFERÊNCIA, anexo ao edital.

## **17. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, § 1º da Lei 14.133/21.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em cumprimento ao art. 67, inciso VI da Lei 14.133/21.

Declaração de que atende os requisitos de habilitação e da veracidade dos documentos apresentados, conforme art. 63, inciso I da Lei 14.133/21.

Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme art. 63, § 3º da Lei 14.133.

Declaração de que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; conforme art. 14, inciso IV da Lei 14.133/21.

### **OBSERVAÇÕES GERAIS:**

#### **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

Na futura licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos-NLLC.

## **18. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual exigida pela Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar as seguintes providências antes da formalização do contrato administrativo referente a obra:

### **a) Designação formal do gestor e fiscal do contrato**

- ✓ Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a designação prévia, por ato formal da autoridade competente, de um gestor e de pelo menos um agente de fiscalização técnica, com respectivos substitutos, com atribuições claramente definidas.

**b) Capacitação técnica dos encarregados pela fiscalização**

- ✓ Assegurar que os servidores designados estejam previamente capacitados quanto às especificidades de obras públicas, incluindo aspectos técnicos, legais e ambientais;
- ✓ Realizar treinamentos sobre boas práticas de fiscalização, com foco em recebimento de materiais, acompanhamento de etapas construtivas e conferência de conformidade com o projeto básico e executivo;
- ✓ Orientar sobre critérios objetivos de verificação da execução, tais como padrões de qualidade dos serviços, prazos contratuais e conformidade com normas técnicas da ABNT.

**c) Análise e atualização do Projeto Básico/Termo de Referência**

**Revisar a documentação técnica para assegurar que:**

- ✓ As especificações dos serviços e materiais estejam alinhadas às necessidades reais de cada unidade;
- ✓ Sejam indicados os padrões de qualidade e desempenho exigidos (NBRs aplicáveis, garantias mínimas, certificações);
- ✓ Constem obrigações acessórias do contratado, como manutenção corretiva durante a garantia e substituição de itens defeituosos.

**d) Verificação de adequação orçamentária**

- ✓ Confirmar a compatibilidade da contratação com a dotação orçamentária específica e a existência de empenho prévio, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e legislação financeira vigente;
- ✓ Assegurar que os custos estejam devidamente amparados por pesquisa de preços e estimativa de mercado, conforme determina a lei.

**e) Formalização da minuta contratual e aprovação jurídica**

- ✓ Submeter a minuta contratual à análise e aprovação jurídica prévia, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica ao ajuste e adequação às normas de obras públicas.

**f) Planejamento da logística de execução e acompanhamento da obra**



- ✓ Definir previamente os prazos de execução e o cronograma físico-financeiro, assegurando a vinculação com os marcos contratuais;
- ✓ Estruturar o plano de fiscalização e acompanhamento, prevendo registro fotográfico, relatórios periódicos de medição e atas de vistoria;
- ✓ Estabelecer a logística de armazenamento temporário de materiais, controle de entrada e saída de insumos e verificação de conformidade com os projetos;
- ✓ Garantir a elaboração de checklists de verificação em cada etapa (fundação, estrutura, acabamento, instalações elétricas e hidráulicas, acessibilidade, segurança patrimonial e entrega final).

## 19. ESTIMATIVA DE CUSTOS

É importante ressaltar que essa estimativa serve apenas como base para definição do custo do projeto e para orientar o processo licitatório.

**A estimativa preliminar se baseia nos itens descritos abaixo:**

- ✓ Composição de custos SINAPI – 02 / 2026
- ✓ Composição de custos SEDOP 03/2026
- ✓ Composição de custos própria
- ✓ Projetos com adequações de acabamentos feitas pelo corpo técnico da PMTA.

## ✚ DA ORIGEM DOS RECURSOS

A execução da obra será custeada integralmente com recursos próprios, conforme disponibilidade orçamentária. Ademais, para a concretização dos serviços objeto da proposta, o valor estigmatizado previsto na planilha orçamentária, considerando um BDI de 28,53%, é de **R\$ 4.179.149,29 (Quatro milhões, cento e setenta e nove mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos).**

## ✚ UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Assessoria Contábil da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu e dos Fundos Municipais, CERTIFICA que existem recursos orçamentários disponíveis na Lei Municipal nº 2.306 de 11 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual, aprovada para o exercício de 2026, com o objetivo de assegurar o empenhamento prévio da despesa, conforme o art. 60 da Lei Federal n.º 4.320/64.

O empenhamento prévio das despesas, decorrentes da aquisição dos materiais ou contratação dos serviços constantes do objeto supramencionado, correrão à conta da(s) dotação(es) orçamentária(s) disponíveis na LOA/2026, conforme demonstrada(as) abaixo:



<b>Unidade Gestora</b>	<b>FUNDEB</b>
<b>Unid. Orçamentária</b>	<b>FUNDEB</b>
<b>Func. Programática</b>	12 361 0003 1.035 - Construção e Aparelhamento de Escolas – FUNDEB.
<b>Natureza da Despesa</b>	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
<b>Subelemento:</b>	4.4.90.51.99 – Outras obras e instalações
<b>Fonte de Recurso</b>	15420000 Transf. do FUNDEB - Comple. União - VAAT

## 20. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIAS

### 20.1. GARANTIA DA PROPOSTA

Visando à otimização e à segurança do presente processo licitatório, a Administração propõe, de forma excepcional e motivada, a **exigência de garantia da proposta**, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção dessa medida justifica-se pela necessidade de reforçar os mecanismos de controle e cautela, com o objetivo de prevenir contratações inexequíveis e assegurar a adequada execução contratual.

Em processos anteriores, constatou-se que propostas com valores significativamente inferiores aos praticados no mercado têm levado, com frequência, à recusa de fornecimento por parte das empresas vencedoras, sob a alegação de inviabilidade econômica decorrente da defasagem dos preços contratados. Essa conduta tem causado prejuízos relevantes à Administração Pública, incluindo a paralisação de serviços essenciais, necessidade de anulação de empenhos, aplicação de penalidades e instauração de novos procedimentos licitatórios, gerando ineficiência e aumento do custo administrativo.

Assim, como medida de proteção ao interesse público, propõe-se a exigência de garantia da proposta, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsto no caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A garantia poderá ser prestada por qualquer das modalidades admitidas pela legislação, a saber:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia.

Importa destacar que tal exigência não impõe ônus desproporcional aos licitantes, e sim reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo maior segurança jurídica e previsibilidade ao certame. Tal medida se mostra ainda mais pertinente considerando a natureza técnica do objeto licitado, a complexidade logística envolvida e os impactos diretos em caso de inexecução contratual.

A exigência de garantia da proposta encontra-se plenamente alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, razoabilidade e prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa

governança dos recursos públicos. Trata-se, portanto, de medida prudente e proporcional para garantir a integridade do procedimento e o êxito da futura contratação.

## **20.2. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO prestará garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento), a qual deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, com objetivo de assegurar a fiel execução do objeto contratual.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **21. IMPACTO AMBIENTAL**

A execução do objeto consistente na reforma e ampliação de uma unidade escolar, considerando a construção de novos blocos educacionais, de serviço, uma quadra de esportes coberta, e uma casa de apoio aos professores. Sendo assim, se configura intervenção pontual e de impacto ambiental predominantemente local e temporário, típica de obras de construção civil, tratando-se de empreendimento voltado à melhoria da infraestrutura pública de educação, cujos efeitos ambientais diretos concentram-se no período de execução e estão associados, principalmente, à mobilização de mão de obra e equipamentos, transporte e armazenamento de materiais, execução de serviços de acabamento e instalações, além da geração de resíduos.

Em regra, por se tratar de obra em área já destinada ao uso público e previamente alterada, não se espera supressão relevante de vegetação nativa, intervenção em APP, ou alteração significativa do meio natural. Ainda assim, a Administração deverá assegurar que a execução observe integralmente a legislação ambiental vigente e as exigências do órgão ambiental competente, inclusive quanto à necessidade de licenciamento, autorização simplificada ou dispensa, conforme o caso.

### **21.1. Principais impactos ambientais potenciais**

Durante a execução, podem ocorrer os seguintes impactos, a serem prevenidos e controlados:

- ✓ Geração de resíduos da construção civil (RCC): sobras de concreto/argamassa, embalagens, madeira, metais, plástico, papel, gesso, materiais cerâmicos, além de resíduos de demolição eventualmente necessários para correções e adequações;
- ✓ Geração de resíduos perigosos ou especiais (quando aplicável): tintas, solventes, óleos, graxas, estopas contaminadas, lâmpadas, toners, pilhas e baterias de equipamentos;

- ✓ Emissão de poeira e material particulado, especialmente em serviços de corte, lixamento, carga/descarga de agregados e circulação de veículos;
- ✓ Emissão de ruídos e vibrações, decorrentes de equipamentos, ferramentas elétricas e movimentação de caminhões;
- ✓ Risco de contaminação do solo e de drenagens por derramamento de óleo, combustível, tinta ou argamassa, bem como lançamento irregular de efluentes;
- ✓ Consumo de recursos naturais, como água e energia elétrica, inerentes à execução dos serviços;
- ✓ Transtornos ao entorno (quando houver vizinhança residencial/comercial), como aumento temporário do tráfego, presença de entulhos e interferências de circulação.

#### **21.2. Ações mitigadoras e medidas de controle ambiental (exigíveis da contratada)**

Para reduzir e controlar os impactos, a contratada deverá implementar, no mínimo, as seguintes ações mitigadoras, sob fiscalização do setor competente:

##### **a) Gestão de Resíduos da Construção Civil – PGRCC**

- ✓ Elaborar e executar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), compatível com a legislação aplicável, contemplando: classificação, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada;
- ✓ Realizar segregação na origem, com áreas identificadas para armazenamento temporário de resíduos, evitando mistura de classes e reduzindo volumes destinados a aterro;
- ✓ Manter controle documental (comprovantes de transporte e destinação/recebimento) e apresentar relatórios sempre que solicitado pela fiscalização;
- ✓ Proibir descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, áreas verdes, canais, igarapés, bueiros e sistemas de drenagem.

##### **b) Controle de poeira e particulados**

- ✓ Realizar umidificação de áreas de movimentação de materiais e de vias internas quando houver geração de poeira;
- ✓ Manter materiais pulverulentos (areia, cimento, cal) cobertos e acondicionados de forma adequada;



- ✓ Adotar práticas de corte e lixamento com controle de pó (ex.: uso de coletores, barreiras e limpeza frequente).

**c) Controle de ruídos e organização do canteiro**

- ✓ Restringir atividades mais ruidosas a horários compatíveis com a rotina local (conforme normas municipais e orientações da fiscalização);
- ✓ Utilizar equipamentos em boas condições, com manutenção preventiva, evitando ruídos excessivos;
- ✓ Implantar sinalização e organização do canteiro, com isolamento de áreas de risco e orientação para reduzir incômodos ao entorno.

**d) Prevenção de contaminação do solo, drenagem e recursos hídricos**

- ✓ Proibir lavagem de betoneiras e ferramentas com lançamento de água cimentícia em solo exposto ou drenagem; realizar lavagem em local apropriado, com contenção quando necessário;
- ✓ Armazenar tintas, solventes, óleos e combustíveis em local coberto, ventilado, com contenção secundária (bacia de contenção) e identificação;
- ✓ Ter kit de contenção e absorção (serragem/absorvente industrial) para atendimento imediato de eventuais derramamentos, com destinação adequada do material contaminado;
- ✓ Garantir que efluentes e águas servidas do canteiro sejam manejados sem lançamento irregular em via pública ou rede de drenagem.

**e) Consumo consciente e eficiência de recursos**

- ✓ Adotar medidas de uso racional de água e energia, evitando desperdícios (ex.: reaproveitamento de água quando tecnicamente possível, desligamento de equipamentos ociosos);
- ✓ Preferir, quando viável, materiais e insumos com menor impacto ambiental, maior durabilidade e melhor eficiência (ex.: madeiras com origem legal, produtos com informações técnicas claras, tintas com menor teor de compostos voláteis etc.).

**f) Transporte, limpeza e segurança ambiental do entorno**

- ✓ Garantir que veículos e caçambas operem de forma segura, com carga coberta quando aplicável, evitando espalhamento de resíduos e poeira;
- ✓ Executar limpeza periódica do canteiro e das áreas de circulação, mantendo o local organizado, reduzindo vetores e riscos;
- ✓ Implantar medidas de controle de acesso e segurança do canteiro, evitando deposição clandestina de resíduos e reduzindo riscos à comunidade.

**g) Condicionantes administrativas e fiscalização**

A administração deverá prever, nos instrumentos do processo (TR/Projeto Básico/Contrato), cláusulas específicas para:

- ✓ Obrigação de apresentação e execução do PGRCC e demais medidas ambientais;
- ✓ Responsabilização da contratada por danos ambientais e pela destinação adequada dos resíduos;
- ✓ Possibilidade de aplicação de sanções em caso de descarte irregular, reincidência de não conformidades ou descumprimento das medidas mitigadoras;
- ✓ Exigência de conformidade com normas técnicas e posturas municipais, além das determinações do órgão ambiental competente, quando aplicáveis.

Conclui-se que os impactos ambientais diretos da contratação são mitigáveis e controláveis, desde que sejam adotadas as medidas acima e mantida fiscalização efetiva. Por outro lado, a conclusão da obra tende a produzir impactos positivos indiretos e permanentes, ao viabilizar infraestrutura educacional adequada, reduzir imprevistos e manutenções emergenciais, melhorar a organização do espaço público e fortalecer a efetividade das políticas públicas de educação, em consonância com o interesse público e com diretrizes de sustentabilidade.

IMPACTO AMBIENTAL POTENCIAL	RISCO ASSOCIADO	MEDIDAS MITIGADORAS / AÇÕES DE CONTROLE	EVIDÊNCIA COMPROVANTE EXIGÍVEL /
Geração de resíduos da construção civil (RCC)	Descarte irregular, poluição visual e do solo	Elaboração e execução de PGRCC; segregação na origem; armazenamento temporário adequado; transporte e destinação final ambientalmente adequada	PGRCC aprovado; comprovantes de transporte e destinação; relatórios fotográficos

<b>Geração de resíduos perigosos ou especiais (tintas, solventes, óleos, lâmpadas)</b>	Contaminação do solo e riscos à saúde	Armazenamento em local coberto e identificado; uso de recipientes adequados; destinação conforme legislação específica	Registros de destinação; notas/comprovantes de coleta especializada
<b>Emissão de poeira e material particulado</b>	Incômodo à vizinhança e riscos respiratórios	Umidificação de áreas; cobertura de materiais pulverulentos; controle em cortes e lixamentos	Registros de rotina; relatórios de fiscalização
<b>Emissão de ruídos e vibrações</b>	Perturbação do entorno e desconformidade com normas locais	Restrição de horários; manutenção preventiva de equipamentos; organização do canteiro	Cronograma de atividades; registros de manutenção
<b>Derramamento de óleo, combustível, tintas ou argamassa</b>	Contaminação do solo e drenagens	Armazenamento com contenção; proibição de descarte em solo/drenagem; uso de kits de contenção	Checklists de canteiro; registros de ocorrências e correções
<b>Lavagem inadequada de equipamentos</b>	Poluição do solo e rede de drenagem	Lavagem em local apropriado; contenção de efluentes; proibição de lançamento irregular	Registros fotográficos; orientações internas
<b>Consumo excessivo de água e energia</b>	Desperdício de recursos naturais	Uso racional; desligamento de equipamentos ociosos; reaproveitamento quando viável	Registros operacionais; orientações de obra
<b>Transporte de materiais e entulhos</b>	Espalhamento de resíduos e poeira em vias públicas	Uso de caçambas e cargas cobertas; limpeza periódica das áreas de circulação	Relatórios de

## 22. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há que se falar em contratações correlatas e/ou interdependentes a não ser as que são, de fato, obrigações da contratada subsidiar, desde que não sejam do objeto final, conforme disposto no Projeto Básico.

## 23. MAPA DE RISCO

O Mapa de Risco Geral tem por finalidade identificar, analisar e propor medidas de tratamento para os principais riscos associados a todas as etapas do processo de contratação, desde o planejamento até a execução e encerramento do contrato, visando assegurar a regularidade, eficiência, economicidade e continuidade da obra, em conformidade com os princípios da Administração Pública e com a Lei nº 14.133/2021.

### 23.1. Metodologia de Análise

Os riscos foram identificados considerando as fases do processo, classificados quanto à probabilidade

(Baixa, Média, Alta) e ao impacto (Baixo, Médio, Alto), com definição de medidas preventivas e corretivas, bem como da unidade responsável pelo acompanhamento.

## QUADRO – MAPA DE RISCO GERAL DA CONTRATAÇÃO

Fase do Processo	Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas / Mitigadoras	Responsável
Planejamento	Escopo incompleto ou impreciso	Projetos/levantamentos desatualizados	Média	Alto	Atualização de projetos; vistoria técnica; conferência de quantitativos; validação pela engenharia	Engenharia / Planejamento
Planejamento	Orçamento subestimado ou superestimado	Preços defasados; falha de medição	Média	Alto	Pesquisa de preços atualizada; orçamento detalhado; análise técnica dos custos	Engenharia / Licitação
Planejamento	Inadequação do ETP/TR às normas	Falhas técnicas ou legais	Baixa	Alto	Revisão técnica e jurídica; padronização documental	Licitação / Jurídico
Licitação	Baixa competitividade	Exigências restritivas; falhas de divulgação	Média	Médio	Revisão de exigências; ampla publicidade; prazos adequados	CPL / Licitação
Licitação	Impugnações e recursos	Divergências técnicas ou editalícias	Média	Médio	Clareza no edital; respostas fundamentadas; cronograma realista	CPL
Licitação	Proposta inexequível	Preços abaixo do mercado	Média	Alto	Análise de exequibilidade; diligências; parecer técnico	CPL / Engenharia

Habilitação	Documentação irregular	Falhas do licitante	Média	Médio	Diligências; verificação em cadastros oficiais	CPL
<b>Contratação</b>	Atraso na assinatura do contrato	Pendências documentais	Baixa	Médio	Checklists; acompanhamento prévio	Licitação
<b>Execução</b>	Atraso na execução da obra	Falta de planejamento da contratada	Média	Alto	Cronograma físico-financeiro; fiscalização contínua; notificações	Engenharia / Fiscal
<b>Execução</b>	Serviços em desacordo com o projeto	Falhas técnicas ou materiais inadequados	Média	Alto	Fiscalização técnica; exigência de conformidade; rejeição de serviços	Engenharia
<b>Execução</b>	Paralisação da obra	Problemas financeiros ou operacionais	Baixa/Média	Alto	Monitoramento; aplicação de sanções; plano de contingência	Administração
<b>Execução</b>	Impactos ambientais não controlados	Ausência de medidas mitigadoras	Baixa	Médio	Exigência de PGRCC; fiscalização ambiental	Fiscal / Engenharia
<b>Execução</b>	Acidentes de trabalho	Falta de segurança no canteiro	Média	Alto	Exigência de EPI/EPC; cumprimento das NRs; fiscalização	Contratada / Fiscal
<b>Financeiro</b>	Atraso nos pagamentos	Falhas no fluxo administrativo	Baixa	Médio	Planejamento financeiro; controle de medições	Administração
<b>Financeiro</b>	Medições indevidas	Falta de conferência técnica	Baixa	Alto	Conferência rigorosa; parecer técnico antes do pagamento	Engenharia
<b>Encerramento</b>	Pendências técnicas na entrega	Serviços inacabados	Média	Médio	Vistoria final; termo de recebimento provisório e definitivo	Engenharia
<b>Encerramento</b>	Falta de documentação final	Descumprimento contratual	Baixa	Médio	Checklist de encerramento;	Fiscal / Administração



					exigência documental	
--	--	--	--	--	----------------------	--

### 23.2. Tratamento e Monitoramento dos Riscos

Os riscos identificados deverão ser monitorados continuamente ao longo do processo, com registros formais das ações adotadas, especialmente pela fiscalização técnica e pelos setores envolvidos. As medidas propostas poderão ser ajustadas ou reforçadas, conforme a evolução da execução contratual, sem prejuízo da adoção de providências corretivas e sancionatórias quando cabíveis.

### 23.3. Considerações Finais

O presente Mapa de Risco Geral evidencia que, embora a contratação envolva riscos inerentes à execução de obras públicas, tais riscos são conhecidos, gerenciáveis e mitigáveis, desde que observados os controles técnicos, administrativos e legais previstos, garantindo a adequada conclusão da obra, a proteção do interesse público e a efetividade da política educacional municipal.

## 24. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A execução do objeto proposto mostra-se estratégica e indispensável para a Administração Pública Municipal, encontrando-se devidamente autorizada pela Ordenadora de Despesas, no caso, a Secretária Municipal de Educação de Tomé-Açu, e plenamente integrada aos instrumentos de planejamento, programação orçamentária e gestão administrativa do Município.

A contratação demanda acompanhamento técnico contínuo pela equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Educação, o qual deverá ser realizado em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, à legislação vigente e às diretrizes específicas para execução de obras públicas, garantindo a conformidade dos serviços com os projetos aprovados, os padrões de qualidade exigidos e a finalidade pública a que se destinam.

Ressalta-se, ainda, que a obra se encontra prevista nos instrumentos legais, orçamentários e financeiros do Município de Tomé-Açu, competindo à Secretaria Municipal de Educação garantir a continuidade, regularidade e efetividade da política pública de expansão e melhoria da infraestrutura escolar, de modo a atender às demandas da população, fortalecer a política educacional municipal e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos.

## 25. RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO

Certificamos, para os devidos fins, que a equipe de Planejamento do Departamento de Licitações, juntamente com o a equipe do Departamento de Engenharia, são os responsáveis pela elaboração do presente documento, através dos seus representantes abaixo assinalado.

Tomé-Açu/PA, 15 de abril de 2026

**Elaborado por:**

**RAIMUNDO STUDITO NEVES DE OLIVEIRA PIMENTEL NETO**

Engenheiro Civil

Registro Nº 150523795-5 CREA PA

**Ciente e autorizo prosseguimento:**

**LUCIENE P. DONADIA NARUSE**

Secretária Municipal de Educação de Tomé-Açu / PA

## NOTA TÉCNICA – ITENS DE RELEVÂNCIA

Nos termos da Lei Federal nº Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às disposições relativas à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, a Administração Pública poderá exigir dos licitantes a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e interesse público. Entretanto, para os itens considerados de maior relevância técnica cujo quantitativo previsto na planilha orçamentária corresponda a apenas 01 (uma) unidade, verifica-se inviabilidade material e matemática para aplicação do percentual usualmente adotado para comprovação de capacidade técnica operacional, especialmente o limite de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo licitado. Isso porque a fração correspondente a 50% de 01 unidade resulta em quantitativo inexequível e incompatível com a natureza do serviço ou item, impossibilitando a definição objetiva de critério técnico proporcional, o que poderia ocasionar restrição indevida à competitividade do certame, em afronta ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que assegura a observância dos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Além disso, a exigência de comprovação quantitativa para itens unitários poderia gerar interpretação subjetiva ou restritiva, comprometendo a ampla participação de licitantes aptos à execução do objeto, sem que isso represente efetivo ganho técnico ou garantia adicional à Administração.

Dessa forma, considerando:

- ✓ A impossibilidade técnica de fracionamento proporcional de quantitativo equivalente a 01 unidade;
- ✓ A necessidade de preservação da competitividade do certame;
- ✓ Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- ✓ O entendimento consolidado de que as exigências de habilitação devem guardar estrita pertinência e compatibilidade com o objeto licitado.

Justifica-se a dispensa da obrigatoriedade de comprovação de parcelas de maior relevância técnica para os itens cujo quantitativo previsto seja igual a 01 (uma) unidade, permanecendo, contudo, as demais exigências de qualificação técnica compatíveis com a complexidade e natureza do objeto contratado. Tal medida não compromete a segurança da contratação nem a capacidade de execução do objeto, ao mesmo tempo em que assegura a ampliação da competitividade e a observância dos princípios norteadores da contratação pública previstos na Lei nº 14.133/2021